CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento por **Concurso Público N.º 3/2022**

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.ª | **Objeto do contrato**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento que tem por objeto **contratação de serviços externos para manutenção e conservação de espaços verdes públicos na Cidade da Figueira da Foz, Zona do Lote 1ª – Marginal, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período até ao limite de 36 meses,** de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II do presente caderno de encargos.

(CPV – 77311000-3 Serviços de manutenção de jardins ornamentais e recreativos)

Cláusula 2.ª | **Preço Base**

O **preço base** do procedimento, por ano é de **€ 209.092,33 (duzentos e nove mil e noventa e dois euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o preço base global de € 627.277,00 (seiscentos e vinte e sete mil duzentos e setenta e sete euros),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O preço base é o máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

O preço base foi fixado, tendo por base uma consulta preliminar ao mercado.

Cláusula 3.ª | **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado e seus anexos.
2. O Contrato integra os seguintes elementos:
   a) Identificação do Gestor de Contrato;

b) O clausulado contratual e anexos;

c) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que estes erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

d) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

e) O presente Caderno de Encargos;

f) A proposta adjudicada;

g) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª | **Duração do contrato**

1. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento será vigente **pelo período 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até ao limite máximo de 36 meses.**
2. A **denúncia** deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Cláusula 5.ª | **Obrigações principais do cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação principal de cumprir com zelo o serviço contratado.
2. O cocontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
3. Constituem ainda obrigações do cocontratante:

a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
b) Prestar os serviços, no prazo identificado na proposta adjudicada;
c) Obrigação de garantir a prestação de serviços de acordo com especificações técnicas, constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos;
d) Obrigação de não alterar as condições da prestação de serviços;
e) Obrigação de cumprir com a legislação em vigor e demais legislação que, entretanto, venha a ser publicada no âmbito do objeto do contrato;
f) O cocontratante ficará ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados á prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo;
g) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao contraente público, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o contraente público;
h) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
j) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
k) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Subsecção II | **Dever de sigilo e proteção de dados**

Cláusula 6.ª | **Informação e sigilo**

1. O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
2. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.
3. O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Secção II | **Obrigações do Município da Figueira da Foz**

Cláusula 7.ª | **Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município da Figueira da Foz deve pagar ao cocontratante, os serviços efetivamente prestados, nos termos da Parte II do Caderno de Encargos e de acordo com o(s) preço(s) constante(s) da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Figueira da Foz, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais e quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).
3. Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 8.ª | **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município da Figueira da Foz, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas, no **prazo contratado**, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.
3. As quantias devidas pelo Município da Figueira da Foz devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrega e validação das respetivas faturas, as quais devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
4. As faturas devem discriminar os serviços a que se reportam, o número de referência do procedimento e do contrato bem como o número de compromisso financeiro associado, o qual será indicado pelo Município, sob pena de devolução das mesmas.
5. Em caso de discordância por parte do Município da Figueira da Foz, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Nos termos do artigo 299.º-B do D.L. n.º 111-B/2017, é obrigatória a faturação eletrónica.

Cláusula 9.ª | **Faturação Eletrónica**

1. Atendendo ao disposto no art.º 299º-B do Código dos Contratos Públicos, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, é obrigatória a emissão da(s) fatura(s) em formato eletrónico.
2. A solução adotada pelo Município da Figueira da Foz é o *iLink Digital Sharing*, acessível em **https://www.ilink.pt** da empresa ACIN iCloud Solutions, e será através da mesma que todas as faturas deverão ser encaminhadas pelos fornecedores.
3. Para o efeito, deverá realizar a sua adesão gratuita à plataforma *iLink* em https://www.ilink.pt , assegurando-se a isenção de custos de transação na utilização da solução por parte dos nossos fornecedores.
4. O *iLink* dispõe de uma linha de apoio para colocação de qualquer questão que possa surgir, através do email *apoio@ilink.pt* ou pelo telefone 707 451 451.

Capítulo III - Penalidades contratuais, denúncia e resolução

Cláusula 10.ª | **Penalidades contratuais**

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Figueira da Foz poderá aplicar ao fornecedor o seguinte regime de penalidades que serão deduzidas diretamente nos valores a pagar das faturas mensais. As sanções a considerar são:

a) Não entrega do planeamento semanal, relatório mensal bem como outros relatórios nos prazos indicados no ponto 10 – 25 €/dia de infração, contados a partir da advertência por escrito da entidade adjudicante;

b) Falta ou corte deficiente de relva, de acordo com o definido no Caderno de Encargos no ponto 5.8.1- 100€/dia de infração, contados a partir da verificação pela fiscalização;

c) Falta de recolha de resíduos ou deficiente limpeza de acordo com o definido no Caderno de Encargos - 50 €/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

d) Rega deficiente, de acordo com o definido no Caderno de Encargos no ponto 5.7.1 - 75€/dia/de infração contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

e) Ausência ou deficiente plantação de plantas sazonais/vivazes/anuais bem como replantação de árvores e arbustos, de acordo com o exigido no caderno de encargos no ponto 6.1 e 6.3 - 200€/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

f) Ausência ou deficiente remoção de infestantes nas zonas pedonais confinantes com os espaços verdes e áreas de inertes existentes nos canteiros, de acordo com o estipulado no caderno de encargos no ponto 5.2 - 100 €/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

g) Ausência ou deficiente operação de monda, de acordo com o estipulado no caderno de encargos no ponto 6.2.1 - 100 €/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

h) Falta de execução de trabalhos de poda das árvores no período previsto no Caderno de Encargos no ponto 6.1.5 - 500 €/dia infração, contados a partir da advertência por escrito da entidade adjudicante até á realização do trabalho ou final do período de podas (15 de Março);

i) Incumprimento do número mínimo de trabalhadores, de acordo com o estipulado no caderno de encargos no ponto 1.2 - 50 €/dia/trabalhador, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

j) Ausência do operacional com conhecimentos de instalação, reparação e conservação de todos os sistemas de rega automáticos ou semiautomáticos, no tempo previsto em Caderno de Encargos no ponto 1.2 - 50 €/dia, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

k) Ausência do técnico com qualificação na área de poda de árvores ornamentais no tempo previsto em Caderno de Encargos no ponto 1.2 - 75 €/dia, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

l) Ausência do encarregado responsável pela equipa de trabalho previstos no caderno de encargos no ponto 1.2 - 75 €/dia, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

m) Ausência de manutenção e limpeza de linhas de água, nos períodos previsto do ponto 5.3 das clausulas técnicas - 150 €/dia, contados a partir da advertência por escrito da entidade adjudicante;

n) Falta de execução de tratamentos fitossanitários, de acordo com o estipulado no caderno de encargos no ponto 6.1.4 - 80€ por tratamento não efetuado.

o) Falta de comunicação prevista nos pontos 5.4 – Limpeza de fontes e lagos, 5.10 – Tratamentos Fitossanitários, 5.11- Fertilizações e 5.12 – Abate de árvores e palmeiras - 75€ por cada ação identificada e não comunicada.

p) Falta de recursos materiais, previsto no caderno de encargos no ponto 4.3 e 4.4 – 25€ por equipamento em falta, contados a partir da data da advertência, por escrito da entidade adjudicante;

k) Ausência de desmatação seletiva conforme previsto no caderno de encargos no ponto 8 – 50€, contados a partir da data da advertência, por escrito da entidade adjudicante.

Cláusula 11.ª | **Força maior**

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao cocontratante.

2. Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituirão casos de força maior:

a) as circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
b) as determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
c) as manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo cocontratante;
d) os incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
e) as avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante, não resultantes de sabotagem;
f) os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª | **Resolução por parte do Município**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município da Figueira da Foz poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o

cocontratante violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, nos seguintes casos:

a) Desvio do objeto da prestação de serviços;
b) Interrupção da prestação de serviços por facto imputável ao cocontratante;
c) Incorreta execução dos trabalhos.
d) Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas deste Caderno de Encargos.

2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao cocontratante e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município da Figueira da Foz.
3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município da Figueira da Foz com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.
4. Nos termos do artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos pode proceder-se à resolução total ou parcial do contrato por razões de interesse público, em virtude de alterações na organização e/ou reestruturação dos serviços municipais, e consequentemente o tipo de serviço contratado deixar de ser necessário.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação ao adjudicatário com 60 dias corridos de antecedência.

Capítulo IV | Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 13.ª | Prestação de caução

Não há lugar à prestação de caução nos termos do nº 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.ª | Garantia de cumprimento contratual

O Município pode procede à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador do serviço das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 15.ª | **Seguro**

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro da atividade que exerce.
2. O Município da Figueira da Foz pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, assim como das inspeções referidos no número anterior, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo 1 dia útil.

Capítulo V | Gestão do Contrato

Cláusula 16.ª | **Supervisão e controlo**

1. O contraente público designa o gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A, a quem compete com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
2. Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.
3. O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
4. Caso se verifiquem situações anómalas no fornecimento ou na prestação dos serviços, e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Capítulo VI – Cessão da posição contratual

Cláusula 17.ª | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor ou a cessão da posição contratual depende da autorização prévia do Município da Figueira da Foz.

Cláusula 18.ª | **Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao

concorrente do procedimento pré -contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.

2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré - contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré -contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem -se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Capítulo VII – Proteção de dados Pessoais e Dever de Sigilo

Cláusula 19.ª | **Proteção de dados**

1. O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando "o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré –

contratuais a pedido do titular de dados", e "o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito".

2. Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.
3. Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.
4. O cocontratante fica obrigado a cumprir o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, entrou em vigor no dia 25/05/2018, no que concerne à recolha e tratamento de dados pessoais.

Cláusula 20.ª | **Obrigações do Subcontratante, nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)**

1. O Subcontratante compromete-se:

a) A não contratar outra entidade subcontratante sem o consentimento anterior e expresso do contraente público, fornecido por escrito.

b) Não transferir os dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, salvo o cumprimento de uma obrigação legal ou interesse público caso em que dará conhecimento ao contraente público;

c) Guardar sigilo sobre todos os conhecimentos que tiver no exercício da sua atividade;

d) Possuir e a manter as medidas técnicas e organizativas adequadas e suficientes para que o tratamento dos dados pessoais que levar a cabo cumpra os requisitos do RGPD, nomeadamente no que toca à defesa dos direitos dos respetivos titulares e à segurança do referido tratamento, de forma a não colocar em risco os dados pessoais dos respetivos titulares, designadamente:

i) Assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas de tratamento;

ii) Restabelecer a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de incidente físico ou técnico;

e) Prestar assistência à entidade adjudicante permitindo que esta cumpra as obrigações a que está legalmente obrigada, nomeadamente:

i) Dar resposta aos pedidos dos titulares que atuem no exercício dos respetivos direitos;

ii) Implementar as medidas de segurança adequadas e suficientes ao referido tratamento;

iii) Notificar a Autoridade de Controlo em caso de violação de dados;

iv) Comunicação a violação referida no ponto imediatamente anterior ao respetivo titular;

v) Realizar avaliações de impacto para a proteção de dados.

f) Apagar ou devolver ao contraente público, consoante o que esta exigir, os dados pessoais a que teve acesso, no término das atividades a desenvolver, apagando as cópias existentes, salvo no cumprimento de uma obrigação legal ou existência de interesse público, caso em que dará conhecimento ao contraente público;

g) Disponibilizar ao contraente público todas as informações necessárias para que esta cumpra as obrigações a que esteja sujeita, contribuindo para as auditorias, inspeções e demais fiscalizações conduzidas por aquela;

h) Conservar registos escritos das atividades de tratamento de dados pessoais realizadas em nome do contraente público, designadamente:

i) Nome e contactos das Partes, bem como do encarregado da proteção de dados;

ii) Categorias de tratamentos de dados pessoais;

iii) Descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança;

i) Disponibilizar os registos referidos na alínea anterior à Autoridade de Controlo nos casos legalmente exigidos.

j) Não tratar quaisquer outros dados pessoais ou aplicar ou utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade para além da atividade prevista no considerando 6, nem os utilizar para as suas próprias finalidades.

k) Disponibilizar a necessária formação em proteção de dados ao pessoal autorizado a tratar dados pessoais.

l) Quando necessário, designar um encarregado de proteção de dados e comunicar o nome e dados de contato dessa pessoa ao contraente público.

Capítulo VIII – Disposições finais

Cláusula 21.ª | **Publicidade**

O cocontratante não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização do Município.

Cláusula 22.ª | **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para os seguintes endereços de e-mail:
   a) Para o Município da Figueira da Foz: municipe@cm-figfoz.pt;
   b) Para o cocontratante: o e-mail indicado na sua proposta;
   c) Qualquer comunicação que não possa ser efetuada para os e-mails constantes das alíneas anteriores, será efetuada para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª | **Legislação aplicável**

Em tudo o que for omisso no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

Cláusula 24.ª | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª | Especificações técnicas

O presente procedimento compreende a **contratação dos serviços manutenção e conservação de espaços verdes públicos na cidade da Figueira da Foz zona do Lote 1A**, com as seguintes especificações:

1. **Recursos Humanos do Prestador**

1.1- São da exclusiva e inteira responsabilidade do prestador de serviços as obrigações relativas à contratação e consequentes relações laborais do pessoal empregado ou colaboradores a qualquer título na execução da prestação de serviços, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

1.2- O Prestador é obrigado a ter o seguinte número mínimo de trabalhadores, para a execução de todas as tarefas descritas no presente Caderno de Encargos:

a) Um (1) técnico superior com formação na área de Agronomia, Florestal ou Paisagismo, responsável pela supervisão total da realização da prestação de serviços contratada, com acompanhamento regular dos trabalhos,

b) Um (1) encarregado responsável pela equipa de trabalho afeto 100% à prestação de serviços,

c) Oito (8) trabalhadores operacionais com conhecimentos na área de jardinagem ou atividades similares, afetos a 100 %,

d) Um (1) operacional com conhecimentos de instalação, reparação e conservação de todos os sistemas de rega automáticos ou semiautomáticos. Afeto 100% de 1 de maio a 30 de setembro e estimativamente cerca de 10% nos restantes meses,

e) Um (1) técnico com qualificação na área de poda de árvores ornamentais com presença efetiva, no período de execução desta tarefa de 1 de novembro a 31 de março e estimativamente cerca de 10% nos restantes meses:

1.3- O Prestador, dos trabalhadores operacionais previstos na alínea c) do número anterior deverá ter incluído pelo menos 2 elementos com acreditação para aplicação de produtos fitofarmacêuticos, de acordo com a legislação em vigor.

1.4- O Prestador, da equipa solicitada em 1.2 terá pelo menos um colaborador com disponibilidade para intervir em situações excecionais e urgentes, como por exemplo, atuar sobre um sistema de rega, fora do horário normal de serviço, incluindo feriados e fins-de-semana.

1.5- O Prestador é obrigado a disponibilizar telefone de contacto imediato do encarregado da equipa de trabalho e do técnico superior supervisor.

1.6 - No caso do não cumprimento das obrigações estabelecidas, a Entidade Adjudicante poderá de imediato tomar as providências que se revelem necessárias, inclusive a rescisão do contrato, sem direito a qualquer indemnização, nos termos plasmados neste caderno de encargos e CCP.

1.7 - O Adjudicatário é obrigado a ter trabalhadores qualificados com conhecimentos técnicos para o desempenho de todos os trabalhos abrangidos pela prestação de serviços. O Município poderá solicitar a qualquer momento ao Adjudicatário a apresentação dedocumentos comprovativos das qualificações e aptidões profissionais dos trabalhadores atrás referidos.

2. Horário

2.1 - A prestação de serviço deverá ser realizada durante os dias uteis com horário de acordo com a estação do ano. Assim, no período de Inverno o horário de trabalho deverá integrar-se na plataforma das 8.00h às 17.00h e no período de Verão das 7h30m às 19h30m.

2.2 - O prestador não pode realizar alterações ao horário do período de trabalho sem comunicação prévia e autorização da entidade Adjudicante.

2.3 - A prestação de serviço apenas poderá ser interrompida para além dos fins-de-semana e feriados oficiais, no dia 24 de Junho - Feriado Municipal.

3. Segurança

3.1- O Prestador tomará todas as medidas necessárias para assegurar a segurança do seu pessoal e dos utentes dos espaços verdes e zonas publicas confinantes, durante a execução dos trabalhos objeto do contrato.

3.2- O Prestador será responsabilizado por eventuais danos provocados pelo seu pessoal ou meios, em qualquer bem e/ou pessoa (s), dentro da (s) área (s) de intervenção a seu cargo desde que comprovadamente seja a sua responsabilidade.

3.3 - Sempre que se verifique a ocorrência de uma situação extraordinária deverá a empresa de imediato comunicar aos serviços da Divisão de Ambiente.

4. Recursos materiais – Equipamento e ferramentas

4.1 - Todo o equipamento, veículos, materiais, ferramentas, fardamento e equipamento de segurança do pessoal afeto aos trabalhos, serão da responsabilidade do Prestador.

4.2 - O fardamento, EPI`s e equipamento de segurança dos trabalhadores é obrigatório, podendo este possuir uma mensagem e/ou logotipo previamente aprovado pelo Município.

4.3 - A listagem de ferramentas e máquinas mínimas é a descrita na tabela seguinte:

Descrição do equipamento	Número
Carrinha de transporte de pessoas e mercadorias, com seis lugares e caixa aberta	2
Trator corta-relva com cesto de recolha	1
Máquinas de cortar relva com cesto de recolha	2
Motorroçadoras	4
Soprador	2
Distribuidor de adubo	1
Escarificador	1

Corta sebes	1
Motosserra	2
Pulverizador de 100 Lt	1
Depósito de 1000 Lt	1

4.4- Para além do equipamento solicitado no ponto anterior, o restante que se venha a demonstrar ser necessário à prossecução dos trabalhos é da responsabilidade do prestador de serviço.

4.5- O prestador pode sugerir a utilização de outros equipamentos, ferramentas, veículos, que entenda necessário para a boa execução do serviço.

4.6- O fornecimento de todos os materiais e produtos necessários à realização da prestação de serviços, nomeadamente plantas, sementes, fertilizantes, terra vegetal, fitofármacos, tutores, óleos, combustíveis, peças de equipamento, entre outros, serão da inteira responsabilidade do prestador.

4.7- O Adjudicatário terá obrigatoriamente que apresentar toda a equipa afeta à prestação de serviços no início do contrato à fiscalização, ou seja, aos serviços técnicos da Divisão de Ambiente da Câmara Municipal

5. Descrição das tarefas a desenvolver pelo adjudicatário

5.1 Generalidades

A conservação dos espaços verdes que integram a prestação de serviço deverá manter a função e caracterização existente à data do início do contrato pelo que se pretende que as operações de manutenção garantam o bom desenvolvimento da vegetação sem colidir com a utilização dos espaços.

A manutenção compreende, de uma maneira geral, todos os trabalhos necessários, executados nos períodos mais adequados face à exigência normal da vegetação ou do exercício da atividade. Inclui também a manutenção dos sistemas de rega, a limpeza das áreas verdes

integrantes do lote, dos resíduos provenientes das ações necessárias à boa conservação dos espaços e outros que se verifiquem ocasionalmente e resultem do uso e/ou preparação de eventos organizados e apoiados pelo município.

As zonas alvo da prestação de serviços são as constantes das plantas anexas e que deverão ser mantidas sem alteração do traçado original à exceção de qualquer facto que se venha a revelar imprescindível pela Câmara Municipal.

5.2. Limpeza, manutenção e destino final de resíduos

5.2.1 - Todas as áreas ajardinadas, as pavimentadas confinantes (ex. passeios, Praças, Pracetas, Largos, Parques Infantis, Parques desportivos) e envolventes incluídas na prestação de serviços terão de se apresentar no final de cada operação de manutenção um aspeto geral limpo, sem a presença de resíduos equiparados a sólidos urbanos (papeis, plásticos, folhas, etc.).Inclui-se nesta limpeza a remoção dos R.S.U. do interior de todas as papeleiras situadas na área ajardinada, com uma periodicidade mínima de 2 vezes por semana.

5.2.2 - Entende-se como zonas confinantes com os espaços verdes públicos, a serem limpas inclusive de infestantes, todos os caminhos pedonais, trilhos, passeios e áreas pavimentadas que se localizem até um máximo de 5 metros, contados a partir do limite da zona verde.

5.2.3 - Todas as Pracetas, largos e passeios que se localizem na área interior dos espaços verdes terão o mesmo tratamento que as zonas confinantes.

5.2.4 - Na remoção destes resíduos o prestador poderá utilizar os meios que desejar, manuais ou mecânicos, desde que efetue os trabalhos com a frequência necessária.

5.2.5 - Todos os resíduos verdes resultantes das operações de manutenção devem ser encaminhados para tratamento e/ou valorização, para a estação de transferência da ERSUC localizada em Santa Eulália, concelho da Figueira da Foz, sendo os custos de tratamento da responsabilidade da entidade adjudicante.

5.2.6 - Quaisquer equipamentos e/ou materiais do prestador ou sacos com resíduos resultantes da sua intervenção no terreno, não poderão permanecer no espaço público após a conclusão das operações.

5.3. Manutenção e limpeza de linhas de água

5.3.1 - As linhas de água que integrem os espaços ajardinados abrangidos pela prestação de serviços deverão apresentar o leito limpo e isento de qualquer tipo de resíduos, garantindo a ausência de odores desagradáveis e o perfeito escoamento das águas pluviais.

5.3.2 - As margens de linhas de água com tratamento naturalizado deverão apresentar-se sem infestantes e a vegetação existente ter os cortes adequados a cada espécie. Os resíduos verdes provenientes da limpeza das margens serão removidos e tratados como definido no ponto 5.2.5.

5.3.3 - Será realizada, no mínimo, uma limpeza anual do leito das linhas de água, preferencialmente na última quinzena de Setembro, com a remoção de lodos e areias ou outros materiais depositados. Esta calendarização poderá ser ajustada, em função das condições atmosféricas verificadas na altura, com prévia aprovação pela Entidade Adjudicante.

5.3.4 – A limpeza do leito das linhas de água deve ser promovida conforme previsto nos pontos anteriores, contudo, existem espécies neste ecossistema que devem ser conservadas.

Deste modo antes de realizar a intervenção deverão ser identificadas e assinaladas pequenas manchas de vegetação que devem permanecer sem intervenção, são exemplo das seguintes espécies *Alisma lanceolatum*, *Mentha pulegium*, *Iris pseudacorus*, *Mentha aquatica.*

5.4. Limpeza de fontes e lagos.

Sempre que existam fontes e lagos identificados no Anexo 1, cuja manutenção seja atribuída ao Prestador, este deve mantê-las isentas de resíduos e assegurar a sua limpeza regular por forma a garantir o normal funcionamento da infraestrutura. Os lagos também se

deverão apresentar sem lixo tanto no espelho de água, como nas margens e ilhotas, se existentes. Deve ser mantido o nível de água normal e comunicar previamente à fiscalização o dia de enchimento do lago.

5.5. Manutenção de Parques Infantis e espaços de prática desportiva

5.5.1 - O prestador terá de manter todos os parques infantis e/ou recintos desportivos identificados no anexo 2 e 3 e que integrem os espaços ajardinados, limpos e sem quaisquer tipos de resíduos incluindo assegurar a recolha das papeleiras, conforme referido no ponto 5.2.1.

5.5.2 - O prestador deve comunicar à entidade adjudicante aquando da existência algum equipamento danificado, impedindo a sua utilização ou constituir perigo para os seus utilizadores.

5.6. Manutenção de zonas pedonais

As zonas pedonais públicas que integram as zonas ajardinadas, praças, pracetas, zonas de estar, caminhos pavimentados ou não, deverão apresentar-se sem qualquer tipo infestantes. Também as redes de drenagem superficial de águas pluviais nestes locais, tais como caleiras e valetas terão de estar limpas para o perfeito escoamento das águas.

5.7 Rega

5.7.1 - A dotação de água para rega deverá ser na quantidade e periodicidade adequadas ao bom desenvolvimento da vegetação no sentido de evitar períodos de deficiência hídrica ou excesso de água, detetável pela aparência das plantas. No caso de falta de meios, quer seja por os sistemas existentes estarem inoperacionais ou corte no abastecimento de água, deverá recorrer-se a meios alternativos como por exemplo cisternas sobre veículo ou rega manual.

5.7.2 - O prestador é inteiramente responsável pela manutenção, conservação e reparação dos sistemas de rega existentes, devendo assegurar o seu bom estado de funcionamento permanente. É também responsável pelo fornecimento de todo o equipamento deteriorado quer pelo normal uso ou em resultado de atos de vandalismo.

5.7.3 - Os sistemas de rega devem ser permanentemente monitorizados e vigiados pelo prestador, para que não haja desperdício de água. A operação da rega deve ser efetuada, sempre que possível, nos períodos noturnos ou de madrugada, período de menor índice de evapotranspiração e também de maior disponibilidade de pressão na rede. Até final do mês de Abril de cada ano deve o prestador proceder à revisão dos sistemas de rega, com entrega de relatório até 15 de maio do mesmo ano à Divisão de Ambiente.

5.7.4 - O Prestador deverá ter especial atenção à rega de árvores em especial às jovens quer estejam incluídas nos canteiros ou em caldeiras no pavimento, desde que identificadas nas plantas anexas ao concurso.

5.7.5 - Se a rega for efetuada manualmente (recurso a mangueira), deve ser utilizado um espalhador tipo chuveiro, de modo que o diâmetro das gotas não danifique o relvado ou altere a superfície do solo no caso de plantações.

5.7.6 - A Câmara Municipal fornecerá até um máximo de 3 (três) contadores de água de coluna, sob assinatura do respetivo termo de entrega, bem como, chaves de rega para a execução do serviço tendo o prestador de os entregar no final da prestação de serviços. Deverá o prestador disponibilizá-los para efeitos de leitura, sempre que solicitado pela entidade adjudicante.

5.7.7 - O horário de rega para sistemas automáticos é fixado, sempre que possível, entre as 23:00 horas e as 8:00 horas. Na Avenida do Brasil (Ciclovia) os sistemas deverão funcionar apenas no período compreendido entre as 2:00 horas e as 8:00 horas.

5.7.8 - Qualquer alteração aos horários deverá ser previamente autorizada, por escrito, pela entidade adjudicante.

5.7.9 - O Prestador é obrigado a fazer a manutenção periódica dos sistemas de rega por operacional previsto na d) do ponto 1.2 das cláusulas técnicas sendo o prazo para reparação das anomalias de 48 horas após identificação da irregularidade.

A manutenção dos sistemas de rega envolve as seguintes operações:

a) Limpeza de filtros

b) Regulação e reparação dos aspersores incluindo todos os acessórios;

c) Fornecimento e substituição de equipamentos que não reúnam as condições necessárias para o fim a que se destinam, em consequência de eventuais alterações da morfologia do espaço verde;

d) Afinações e testes periódicos de todo o sistema de rega em função do caudal de água necessário a cada época do ano;

e) Substituição sempre que necessário das pilhas dos programadores existentes (a mencionar no programa de trabalhos);

f) Lubrificar periodicamente os parafusos e porcas de abertura e fecho das tampas das caixas de electroválvulas e caixas de contador, bem como, as torneiras de segurança que se encontram no interior das caixas;

g) Todas as caixas onde se encontram as válvulas de seccionamento, electroválvulas, etc., deverão manter-se fechadas, limpas e isentas de resíduos.

5.7.10 - Todas as ações de dano dos aspersores, tampas e/ ou caixas de electroválvulas e/ ou filtros e restantes acessórios de rega quer seja por atos de vandalismo, acidentes ou roubos, devem ser comunicadas pelo prestador à entidade adjudicante, sendo da inteira responsabilidade do prestador o fornecimento, substituição e instalação do material danificado ou roubado.

5.7.11 - O prestador deverá tomar todas as medidas necessárias para evitar que a água da rega passe para as vias, colocando em risco a segurança da circulação dos veículos e evitando o desperdício. Em caso de acidente, em que se comprove que a origem do mesmo é derivada

deste pavimento sujo ou molhado, o prestador será responsabilizado pelos danos provocados a terceiros.

5.7.12 - Todo o sistema de rega e seus componentes deverão ser vistoriados em conjunto com a fiscalização da Câmara Municipal no início e na última semana de trabalho de cada ano de contrato, ou sempre que a fiscalização o exigir.

5.8. Relvados

5.8.1 – Corte

O corte da relva deverá ser feito mecanicamente, por máquina com características técnicas adequadas. A frequência depende das condições climáticas, das estações do ano, das espécies constituintes do relvado e do regime de fertilização. O material cortado deverá ser removido de imediato. Os rebordos do relvado deverão ser cortados com pá francesa ou outro instrumento semelhante para que o relvado não invada caminhos, passeios ou canteiros, devendo o arranque da relva em excesso ir até às raízes. Os acabamentos deverão ser executados com motorroçadoras de fio sem provocar lesões nas outras plantas como árvores e arbustos.

5.8.2 – Fertilização

A fertilização deve ser efetuada, como referência, e com base em teores médios de nutrientes no solo (N-P-K) nas seguintes recomendações:

a) A proporção dos três macronutrientes (N-P-K) a aplicar deve ser 2-1-2 a 3-1-2, considerando que o azoto deverá rondar os 0,01 – 0,015kg/m2/ano para relvados de mediana manutenção;

b) A adubação azotada deve ser fracionada em duas aplicações em cobertura por ano: início da primavera e fim do verão;

c) A adubação fosfatada e potássica deve ser aplicada no outono, antes das primeiras chuvas;

d) Optar preferencialmente por adubos orgânicos ou de libertação lenta;

e) Os fertilizantes nos relvados devem ser aplicados sempre por defeito, o objetivo não é incentivar o crescimento, mas sim manter as plantas vivas. Sempre que haja dúvidas o plano de fertilização deverá ser baseado em análises de solo que decorrerão por conta do Prestador de serviços.

5.8.3 - Monda (Controlo de infestantes)

Sempre que as ervas daninhas se tornem visíveis à superfície do relvado, deve proceder-se à monda ou limpeza dessas infestantes. No caso dos relvados implantados há mais de um ano, a monda poderá ser feita com herbicidas seletivos, desde que estes garantam a sobrevivência das espécies semeadas, e desde que essa aplicação tenha sido previamente aprovada pela fiscalização.

O controlo total de infestantes inclui toda a área a tratar nomeadamente zonas em que haja inertes a integrarem o arranjo paisagístico, tal como seixo rolado ou outros.

5.8.4 – Arejamento

O arejamento que tem como objetivo descompactar o solo, diminuir a acumulação de matéria orgânica à superfície, melhorar a infiltração de água e nutrientes, bem como, estimular o desenvolvimento radicular e o afilhamento nas gramíneas, consiste na perfuração da cobertura do relvado. Deve ser feito seguindo as seguintes regras:

a) Utilizar equipamento específico para o efeito;

b) Devem ocorrer no início da primavera ou outono;

c) Os fragmentos que se obtêm nesta operação deverão ser extraídos e preencher-se-ão os orifícios resultantes com areia referida na alínea anterior;

d) A quantidade de areia ou solo a aplicar deve oscilar entre 0,005 e 0,0015m3/m2

5.8.5 - Ressementeiras e Reparações

Todas as peladas existentes no relvado deverão ser ressemeadas logo que detetadas, assim como, todas as resultantes das obras, de trabalhos nos relvados ou ainda ao uso indevido

dos mesmos. A zona a reconstruir deverá sofrer uma escarificação de preparação para a receção da semente.

5.8.6 - Sementeiras

As zonas a semear deverão estar de acordo com o respetivo plano de sementeiras, caso haja ou em acordo com a fiscalização e terão em média uma densidade de 60 grs/m^2, espalhadas sobre terra vegetal comprimida.

5.9. Prados de sequeiro

A rega dos prados de sequeiro é assegurada naturalmente pela precipitação normal. Trata-se de áreas não regadas, ao contrário dos prados de regadio. Deverão ser cortados duas a três vezes por ano não requerendo outro tipo de tratamento uma vez que se pretende obter áreas com o aspeto mais natural possível. O corte será efetuado com roçadoras ou máquina de corte desde que os resíduos verdes permaneçam distribuídos homogeneamente no local, de forma a permitir a regeneração natural do prado.

5.10. Tratamentos fitossanitários

Serão realizados com a oportunidade necessária os tratamentos preventivos e/ou curativos de pragas e doenças mais frequentes, mantendo-se uma vigilância continua à presença de pragas e doenças detetadas pelo prestador ou por recomendação dos serviços. Aquando das aplicações deverão ser colocadas placas alertando os cidadãos da existência da área tratada. As aplicações deverão obedecer às normas técnicas de uso e manuseamento dos produtos e por pessoal acreditado, de acordo com a legislação em vigor. Sempre que possível, os tratamentos efetuar-se-ão de madrugada para evitar qualquer transtorno aos munícipes.

A fiscalização deverá ser informada com 5 dias de antecedência da realização da operação.

5.11. Fertilização

As fertilizações devem ser equilibradas atendendo às exigências de cada cultivar e as necessárias ao equilíbrio ou bom desenvolvimento da vegetação, sendo da responsabilidade do prestador a aquisição e aplicação dos mesmos.

Durante o período de manutenção deverão ser efetuadas no mínimo duas adubações/ano (Março e Setembro) sobre toda a área ajardinada, com fertilizantes de libertação controlada de modo que as herbáceas, árvores e arbustos recebam diariamente a alimentação que necessitam.

A fiscalização deverá ser informada com 5 dias de antecedência da realização da operação.

5.12. Abate de árvores e palmeiras

Sempre que o prestador de serviços identificar a necessidade de abater árvores ou palmeiras que ponham em risco a segurança de pessoas e bens, deverá de imediato comunicar à fiscalização.

Em caso de confirmação por parte dos serviços técnicos, da necessidade do abate, o prestador de serviço procederá à operação, salvaguardando todas as situações de segurança de intervenção no espaço público, devendo os resíduos daí resultantes ter o tratamento preconizado no ponto 5.2 das Clausulas Técnicas. Mediante informação por parte da fiscalização assim a adjudicatária terá ou não de proceder ao arranque do cepo.

Também prestador fica obrigado a proceder ao abate e remoção de resíduos de árvores e palmeiras sempre que a entidade adjudicante o solicitar.

5.13. Sinalização durante as operações

5.13.1 - A sinalização da área de trabalho será da responsabilidade do prestador e, como tal, será responsável por qualquer acidente ocorrido nesta zona desde que provocada por falta ou incorreta sinalização.

5.13.2 - Fica o Prestador responsabilizado pela degradação do pavimento devida à deslocação de equipamentos quando se encontra a desenvolver trabalhos no âmbito da prestação de serviços.

5.13.3 - A sinalização para as operações deve obedecer às normas previstas na legislação em vigor.

5.13.4 - Os equipamentos ou viaturas quando em serviço, não devem interromper o trânsito na via pública sem prévia autorização da Câmara Municipal.

5.13.5 - O prestador terá de assinalar, com informação clara e objetiva ao público, todas as intervenções de aplicação de fitofármacos nas zonas verdes e pavimentadas.

5.14 Controlo de plantas com comportamento invasor

Sempre que sejam identificadas pela fiscalização ou pelo adjudicatário plantas com um comportamento invasor (Decreto de Lei n.º 92/2019 de 10 de Julho) nos espaços abrangidos pela prestação de serviços, deverá ser promovida a sua remoção. Depois de identificada(s) a(s) espécie(s) em questão deve-se adequar a metodologia mais apropriada à sua remoção.

Neste processo deve-se garantir todas as medidas de biossegurança na remoção e transporte dos resíduos aí resultantes.

A fiscalização deverá ser informada com antecedência da realização da operação.

6. Modo de execução das operações de conservação e manutenção de material vegetal

6.1. Árvores, arbustos e sebes

6.1.1 - Plantação de Árvores

Sempre que venha a ser considerada necessária a substituição de árvores e desde que não enquadráveis no ponto 5.12, é da responsabilidade do prestador o abate, remoção de cepo,

abertura de cova, fornecimento de nova planta preferencialmente envasada, plantação e tutoragem. As árvores a fornecer deverão ter, sempre que possível as mesmas dimensões (altura e PAP - perímetro à altura do peito) que os exemplares a substituir. Quando, devido ao seu porte adulto não seja possível proceder à substituição por exemplares de idêntica dimensão,então as novas arvores deverão corresponder no mínimo ao PAP 8/10cm e fuste de 1,5 m.

Após a plantação dever-se-á abrir uma caldeira para a primeira rega, que se realizará imediatamente a seguir à plantação, para melhor compactação e aderência da terra à raiz da planta.

As regas posteriores à plantação devem ser feitas com regularidade, pelo menos durante o 1º ano de plantação e dependendo da altura do ano, mantendo sempre as caldeiras limpas de infestantes e/ou resíduos.

6.1.2 - Plantação de Arbustos

A substituição de arbustos que venha a ser considerada necessária é da responsabilidade do prestador, a remoção total da planta, fornecimento e plantação de novo arbusto devendo os novos exemplares ter, sempre que possível, as mesmas dimensões e características dos exemplares a substituir. Quando não for aconselhável a plantação de exemplares adultos, as novas plantas deverão ter um dimensionamento sujeito a previa aprovação da Fiscalização.

Após a plantação dever-se-á abrir uma caldeira para a primeira rega, que se realizará imediatamente a seguir à plantação, para melhor compactação e aderência da terra às raízes.

As regas posteriores à plantação devem ser feitas com regularidade mantendo sempre as caldeiras limpas de infestantes e/ou resíduos.

6.1.3 – Fertilização

A fertilização das caldeiras, quando necessária, far-se-á com a incorporação de adubo de libertação controlada após uma sacha e remoção de todas as infestantes existentes.

A fiscalização deverá ser informada com 5 dias de antecedência da realização da operação.

6.1.4 - Tratamentos fitossanitários

Logo que sejam detetadas, quer pelo prestador de serviços, quer pela fiscalização a existência de pragas ou doenças nas árvores ou arbustos, o prestador procederá aos tratamentos fitossanitários necessários, incluindo o fornecimento de componentes específicos como por exemplo armadilhas ou outros, que se venham a revelar necessários.

A fiscalização deverá ser informada com 5 dias de antecedência da realização da operação.

6.1.5 – Podas

As podas serão executadas de forma que se obtenham exemplares harmoniosos, bem conformados e sem mutilações de forma a sobressair o porte e as características de cada espécie.

Todas as plantas em que se verifique a necessidade de efetuar qualquer operação de poda deverá ser executada por técnico devidamente habilitado.

6.1.5.1 - Poda de formação

As podas de formação devem ser realizadas nos primeiros anos de instalação de uma árvore com a finalidade de conduzir corretamente o seu crescimento. Esta deverá obedecer aos seguintes requisitos:

a) Formação do tronco por remoção da bifurcação e reconstituição da flecha
b) Desramação – Elevação de copa

Nos anos seguintes devem ser realizadas periodicamente podas de manutenção e/ou estimulação da floração.

6.1.5.2 -Podas de manutenção de árvores adultas

a) Nas árvores adultas as podas de manutenção deverão obedecer aos seguintes requisitos:

b) Limpeza e arejamento, com a eliminação os ramos secos, malconformados ou mal inseridos, doentes, de rebentação nova e excessiva, bem como ramos que estejam a prejudicar a iluminação publica, as habitações e o trânsito. A sua supressão far-se-á mantendo a forma natural da espécie.

c) Redução da copa de forma a diminuir o volume da árvore

d) A poda de restauração consiste na melhoria da estrutura, forma e especto da árvore que tenha estado sem qualquer tipo de manutenção durante muito tempo ou sujeita a alguma espécie de vandalismo.

Os cortes devem realizar-se preferencialmente na época de maior repouso vegetativo ou de menor atividade vegetativa (em geral, de Novembro a Fevereiro).

Poderão ser necessárias podas de limpeza fora da época em caso de conflito com equipamentos ou infraestruturas como sinais de trânsito, iluminação pública, entre outras, sempre que solicitado pelos serviços de fiscalização.

6.1.5.3 – Topiária

A topiária, enquanto tipo específico de poda, deve ser realizada nas árvores ou arbustos quando as mesmas já ultrapassaram o período de instalação e tem como objetivo dar à copa uma forma especifica. Esta técnica deve ser apenas utilizada em situações existentes. Novas áreas, só com previa aceitação pela fiscalização.

6.1.5.4 - Árvores de grande porte

Os trabalhos de podas e cortes em árvores de grande porte devem ser executados com recurso a técnicas de escalada que respeitem as regras de seguranças ou recurso a equipamentos de elevação do podador.

6.1.5.5 – Sebes

Caso existam indicações quanto à poda de arbustos em sebe talhada, o corte das sebes deverá respeitar o traçado inicial seguindo as especificações próprias, nomeadamente formar as dimensões laterais, primeiro, antes de se iniciar a poda de dimensão vertical. As superfícies

da sebe nas faces verticais deverão ter um sotamento de cerca de 5 graus. Em situações onde existam dúvidas sobre a forma inicial a mesma será definida pela fiscalização.

6.1.5.6 – Sinalização

Além do previsto no ponto 5.13, o início das intervenções com necessidade de proceder a interrupção parcial ou total das faixas de rodagem, bem como aquelas que possam, logo à partida, ter interferência em infraestruturas de outras especialidades deverão ser comunicadas à Fiscalização com um mínimo de 72 horas para que seja feita a comunicação às entidades externas do município. É da responsabilidade do Prestador a colocação de sinalização de trânsito e de proteção de peões bem como a colocação de dísticos informativos da data de realização das podas com uma antecedência mínima de 24:00 horas.

6.1.6 – Tutores

Os tutores a empregar devem ser provenientes de pinho, direitos, sãos, descascados e tratados em autoclave com materiais adequados à resistência de intempéries. Serão colocados ou substituídos os tutores que se mostrem necessários ao bom desenvolvimento da vegetação instalada. Em caso algum os materiais de fixação poderão causar qualquer dano ao tronco, dando-se preferência a cintas de tutoramento em borracha, da dimensão adequada a cada caso.

6.1.7 – Palmeiras

Nas palmeiras a manutenção consiste em cortar apenas as folhas em conflito com a circulação viária ou pedonal ou que se mostrem secas e a remoção de herbáceas infestantes do espique. Nas palmeiras da espécie *Phoenix canariensis* e em consequência da praga do *Rhynchophorus ferrugineus* as intervenções devem ser previamente acordadas com a fiscalização do contraente público.

6.2 Herbáceas

6.2.1- Mondas

As áreas de herbáceas deverão ser mondadas periodicamente, sempre que necessário ou quando solicitado pela Câmara Municipal, com especial incidência durante a Primavera e o Outono. A operação é feita à mão ou com recurso a sacho e consiste na eliminação de todas as infestantes, de forma a evitar a concorrência com outras plantas cultivadas.

6.2.2 – Retanchas

As plantas instaladas por plantação que se apresentem em más condições serão substituídas, por outras equivalentes, na época apropriada, para garantir as densidades e localizações adequadas mantendo-se os planos de plantação, caso existam. A retancha pode ser feita à custa de novas plantas, cuja aquisição é da competência do operador económico ou á custa da operação de divisão das plantas existentes.

6.2.3– Sacha

Consiste na destruição da camada superficial do solo com o objetivo de a tornar fofa, limpa de infestantes, melhorando a penetração de água e ar no solo. Deve ser realizada, preferencialmente de Fevereiro a Outubro, com sacho, podendo ainda em casos específicos ser realizada nos restantes meses do ano embora com menor frequência.

6.3 Recuperação de áreas degradadas

O levantamento, substituição ou replantação de plantas deverá verificar-se sempre que estas evidenciem sintomas de envelhecimento e degradação acentuada. O prestador deverá também efetuar esta operação sempre que os serviços técnicos assim o solicitem.

6.3.1 - Material vegetal a ser utilizado em replantações e ressementeiras

Todas as plantas a utilizar deverão ser exemplares novos, preferencialmente envasados, bem conformados, ramificados desde o colo e possuir desenvolvimento compatível com a espécie a que pertence.

6.3.2 - Replantação de árvores e arbustos

As árvores e os arbustos quando mortos, partidas ou irrecuperáveis devem ser substituídas por espécies iguais ou equivalentes, ficando a sua substituição dependente do parecer prévio dos serviços técnicos da Câmara Municipal

6.3.3 - Replantação de herbáceas

A reposição de herbáceas vivazes deve recorrer sempre que possível ao transplante proveniente do desbaste de plantas que se encontrem na área da prestação de serviço.

No caso de espécies sazonais/anuais deverá ser elaborado um programa de substituição, a submeter à aprovação da Divisão de Ambiente com antecedência mínima de 60 dias à substituição. Deve verificar-se, no mínimo, duas plantações anuais com uma densidade de 22 a 25 plantas por m^2, variando este número consoante a espécie.

Os espaços que possuam plantas sazonais/vivazes/anuais devem estar permanentemente ocupados com exemplares em boas condições vegetativas e estéticas, procedendo-se à sua substituição/transplantação/desbaste mantendo-se a densidade inicial de forma a manter os canteiros preenchidos.

Poderão ser considerados eventuais substituições de plantações anuais por vivazes desde que autorizadas pela entidade adjudicante, com o intuito de diminuição de necessidades de manutenção e menor consumo de água.

6.3.4 - Novas plantações

Aquando da introdução de novas árvores ou plantas, bem como, eventualmente novos equipamentos, tais como floreiras ou outros, deverá ser previamente comunicado à Câmara Municipal.

6.3.5 - Reposição de inertes

Sempre que se verifique a necessidade de repor as áreas de inertes que integram zonas verdes, o prestador terá de proceder à sua reposição com materiais idênticos aos existentes, nomeadamente quanto às características, cor e granulometria. Qualquer eventual alteração será previamente aprovada pela Divisão de Ambiente.

7. Requalificação de zonas ajardinadas

Sempre que se verifique alteração conceptual a uma determinada zona ajardinada, decorrente de obras de requalificação, ou outras efetuadas pela Câmara Municipal, o adjudicatário suspenderá pelo tempo necessário os trabalhos de manutenção retomando-os quando para isso for notificado pela fiscalização.

8. Desmatação seletiva

Eliminação de silvas, canas, giestas, tojos ou outra vegetação invasiva em espaços verdes de enquadramento, deixando, contudo, as árvores nas suas várias classes de idade, arbustos e outras espécies vegetais com interesse ecológico e paisagístico. Para o efeito deverão ser utilizados os meios mecânicos e manuais mais adequados às características de cada local.

Os resíduos verdes provenientes deste processo serão removidos e tratados como definido no ponto 5.2.5.

Esta operação deverá ser realizada sempre que solicitado pelos serviços de fiscalização.

9. Plano anual das operações

O prestador de serviços deverá cumprir com os planos anuais de operações adequadas à boa manutenção dos espaços verdes e que mais não são que a calendarização habitual em qualquer operação de jardinagem. Qualquer alteração decorrente de circunstâncias especiais tais como alterações climáticas, prioridades do município ou outras, serão previamente apresentadas à fiscalização que decidirá sobre a oportunidade ou não das alterações.

QUADRO I – ÁRVORES

Trabalhos a realizar	Meses Periodicidade/Frequência											
	ÁRVORES											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Limpeza de lixos, ramos secos, folhas, ramos ladrões, etc.												
Plantação de plantas envazadas												
Tutoragem												
Poda												
Transplantação												
Sacha de caldeiras												
Adubação												
Rega												
Retancha												
Abate												
Tratamentos fitossanitários												

QUADRO II - ARBUSTOS

Trabalhos a realizar	Meses Periodicidade/Frequência											
	ÁRBUSTOS											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Limpeza de lixos, ramos secos, folhas, etc.												
Plantação de plantas envazadas												
Poda												
Transplantação												
Adubação												
Rega												
Retancha												
Tratamentos fitossanitários												
Mobilização de terreno												

QUADRO III – HERBÁCEAS

Trabalhos a realizar	Meses Periodicidade/Frequência											
	HERBÁCEAS											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Rega *												
VIVAZES												
Poda												
Corte de flores												
Levantamento (2-5 anos)												
Sacha	M	Q	Q	Q	Q	Q	Q	Q	Q	Q	M	M
Monda	Q	Q	Q	S	S	S	S	S	S	Q	Q	Q
Adubação												
Tratamentos fitossanitários												
Retancha – estacaria												
Retancha - torrão												
ANUAIS E BIANUAIS												
Sementeira (1 ou 2 vezes ao ano)												
Transplantação												
Sacha												
Monda	Q	Q	Q	S	S	S	S	S	S	Q	Q	Q
Adubação												
Tratamentos fitossanitários												
BOLBOSAS												
Arranque e plantação (de 3 em 3 anos)												
Adubação												
Tratamentos fitossanitários												
Limpeza												

M – mensal; Q – quinzenal; S - semanal

* Dependendo das condições climatéricas e com caracter excecional poderá o período definido ser alargado

QUADRO IV – RELVADOS

Trabalhos a realizar	Meses Periodicidade/Frequência											
	RELVADOS											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Adubação												
Corte												
Rega*												
Escarificação												
Arejamento												
Monda química												
Monda manual												
Ressementeira												
Rolagem												
Controlo de musgos												
Ancinhagem												
Tratamento de cobertura												
Tratamentos fitossanitários												
Arranque e plantação (de 3 em 3 anos)												

* Dependendo das condições climatéricas e com caracter excecional poderá o período definido ser alargado

QUADRO V – PRADOS

Trabalhos a realizar	Meses Periodicidade/Frequência											
	PRADOS DE REGADIO E SEQUEIRO											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Corte												
Rega em prado de regadio*												
Tratamentos fitossanitários												
Ressementeira												

* Dependendo das condições climatéricas e com caracter excecional poderá o período definido ser alargado

10. Avaliação dos trabalhos

10.1 - Previsão semanal dos trabalhos

O Prestador deverá apresentar à entidade adjudicante até à sexta-feira da semana anterior, um planeamento que identifique as áreas a intervir, bem como, as tarefas e meios humanos a afetar

a cada zona. A Câmara Municipal reserva-se no direito, sempre que o interesse público assim o exigir, poder solicitar a alteração do planeamento semanal.

10.2 - Avaliação mensal

O Prestador entregará, à entidade adjudicante até ao dia 5 do mês seguinte, relatório detalhado do mês anterior que discrimine e identifique as tarefas desenvolvidas por zona, com descrição de ocorrências não previstas.

10.3 – Relatórios de outra natureza

O prestador deverá entregar, à entidade adjudicante outros relatórios que lhe sejam solicitados, dentro do prazo estipulado por este.

11. Sanções

Sem prejuízo da aplicação de outras penalizações previstas neste Caderno de Encargos, nomeadamente na componente Parte Jurídica, a entidade adjudicante pode aplicar sanções ao prestador em caso de incumprimento das cláusulas técnicas que serão deduzidas diretamente nos valores a pagar das faturas mensais. As sanções a considerar são:

a) Não entrega do planeamento semanal, relatório mensal bem como outros relatórios nos prazos indicados no ponto 10 – 25 €/dia de infração, contados a partir da advertência por escrito da entidade adjudicante;

b) Falta ou corte deficiente de relva, de acordo com o definido no Caderno de Encargos no ponto 5.8.1- 100€/dia de infração, contados a partir da verificação pela fiscalização;

c) Falta de recolha de resíduos ou deficiente limpeza de acordo com o definido no Caderno de Encargos - 50 €/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

d) Rega deficiente, de acordo com o definido no Caderno de Encargos no ponto 5.7.1 - 75€/dia/de infração contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

e) Ausência ou deficiente plantação de plantas sazonais/vivazes/anuais bem como replantação de árvores e arbustos, de acordo com o exigido no caderno de encargos no ponto 6.1 e 6.3 - 200€/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

f) Ausência ou deficiente remoção de infestantes nas zonas pedonais confinantes com os espaços verdes e áreas de inertes existentes nos canteiros, de acordo com o estipulado no caderno de encargos no ponto 5.2 - 100 €/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

g) Ausência ou deficiente operação de monda, de acordo com o estipulado no caderno de encargos no ponto 6.2.1 - 100 €/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

h) Falta de execução de trabalhos de poda das árvores no período previsto no Caderno de Encargos no ponto 6.1.5 - 500 €/dia infração, contados a partir da advertência por escrito da entidade adjudicante até á realização do trabalho ou final do período de podas (15 de Março);

i) Incumprimento do número mínimo de trabalhadores, de acordo com o estipulado no caderno de encargos no ponto 1.2 - 50 €/dia/trabalhador, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

j) Ausência do operacional com conhecimentos de instalação, reparação e conservação de todos os sistemas de rega automáticos ou semiautomáticos, no tempo previsto em Caderno de Encargos no ponto 1.2 - 50 €/dia, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

k) Ausência do técnico com qualificação na área de poda de árvores ornamentais no tempo previsto em Caderno de Encargos no ponto 1.2 - 75 €/dia, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

l) Ausência do encarregado responsável pela equipa de trabalho previstos no caderno de encargos no ponto 1.2 - 75 €/dia, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

m) Ausência de manutenção e limpeza de linhas de água, nos períodos previsto do ponto 5.3 das clausulas técnicas - 150 €/dia, contados a partir da advertência por escrito da entidade adjudicante;

n) Falta de execução de tratamentos fitossanitários, de acordo com o estipulado no caderno de encargos no ponto 6.1.4 - 80€ por tratamento não efetuado.

o) Falta de comunicação prevista nos pontos 5.4 – Limpeza de fontes e lagos, 5.10 – Tratamentos Fitossanitários, 5.11- Fertilizações e 5.12 – Abate de árvores e palmeiras - 75€ por cada ação identificada e não comunicada.

p) Falta de recursos materiais, previsto no caderno de encargos no ponto 4.3 e 4.4 – 25€ por equipamento em falta, contados a partir da data da advertência, por escrito da entidade adjudicante;

k) Ausência de desmatação seletiva conforme previsto no caderno de encargos no ponto 8 – 50€, contados a partir da data da advertência, por escrito da entidade adjudicante;

ANEXO 1

Lagos e Fontes que integram a prestação de serviços		
Local	**Equipamentos**	**Lote**
Urbanização do Foz Village	Lago + Fonte	1A
Oásis	Lago	1A

ANEXO 2

Zona do LOTE 1A					
Designação	**Área (m²)**	**Sistema de Rega Automático**	**Floreiras**	**Equipamentos de uso coletivo**	
				Parque Infantil	**Polidesportivo**
Avenida 25 Abril	3002,94	Não	18	-	-
Avenida do Brasil	20106,71	Sim / Não	21	Sim	Sim
Avenida Dom João II	1725,81	Sim	-	-	-

Avenida Dr. Francisco Lopes Guimarães	1409,05	Não	-	-	-
Avenida Foz do Mondego	666772,82	Sim / Não	10	-	-
Fonte Luminosa	851,69	Sim	-	-	-
Forte de Santa Catarina	2777,51	Sim	-	-	-
Jardim 5 de Outubro	1315,32	Sim	2	-	-
Jardim Dr. Fernando Traqueia	5832,33	Sim	6	-	-
Jardim Jorge Bracourt	299,94	Não	-	-	-
Jardim Maestro David Sousa	423,89	Não	-	-	-
Largo Antunes Martins	71,56	Não	-	-	-
Largo Dona Margarida Barraca	86,35	Não	-	-	-
Largo Dr. Nunes	311,93	Sim	-	-	-
Largo Pereira dos Santos	523,24	Não	-	-	-
Muralhas de Buarcos	7785,65	Sim	-	-	-

Oásis	20089,17	Sim	-	-	-
Parque de Estacionamento Avenida de Espanha	2449,02	Não	-	-	-
Parque de estacionamento da Igreja Matriz	415,98	Sim	-	-	-
Praça 8 Maio	4092,15	Sim	-	-	-
Praça Dr. João Ataíde	309,10	Sim	-	-	-
Praça da Europa	12818,97	Sim	-	-	-
Praça Velha	456,82	Sim		-	-
Praia do Forte	7529,81	Não	-	-	-
Rotunda do Mar Português	758,30	Sim	-	-	-
Rotunda do Pescador	1271,32	Não	-	-	-
Rotunda Infante D. Pedro	193,16	Sim	-	-	-
Rotunda Nelson Mandela	500,94	Sim	-	-	-

Rua da República	-	Não	20	-	-
Talude envolvente ao cemitério de Buarcos	508,49	Não	-	-	-
Tamargueira	3531,88	Não	-	-	-
Urbanização do Foz Village	33246,52	Sim / Não	-	Sim	-
TOTAL	**141552,92**	**14,15 ha**			

ANEXO 3

MAPAS DE LOCALIZAÇÃO | ÁREAS VERDES A TRATAR

ÍNDICE DOS MAPAS:

01 – Av. Dr. Francisco Lopes Guimarães, Av. Foz do Mondego, Fonte Luminosa, Largo Dr. Nunes, Parque Estacionamento – Igreja Matriz, Praça 8 Maio, Praça Velha, Praça da Europa, Rua da República Esc. 1/2500
02 – Av. 25 de Abril, Av. Foz do Mondego, Forte de Santa Catarina, Jardim Maestro David Sousa, Largo Antunes Martins, Parque de Estacionamento Av. de Espanha, Praia do Forte, Praça da Canção, Rotunda Nelson Mandela Esc. 1/2500
03 – Av. 25 de Abril, Av. Brasil, Oásis Esc. 1/3000
04 –Av. Brasil, Oásis Esc. 1/3000

05 - Av. Brasil, Jardim 5 de Outubro, Jardim Dr. Fernando Traqueia, Jardim Jorge Bracourt, Largo Dona Margarida Barraca, Muralhas de Buarcos, Rotunda do Mar Português, Rotunda do Pescador, Rotunda do Poço da Vila Esc. 1/2500
06 – Muralhas de Buarcos, Rotunda Infante D. Pedro, Rotunda do Mar Português, Talude envolvente ao cemitério de Buarcos, Tamargueira, urbanização Foz Village Esc. 1/2500
07 – Avenida Dom João II, Urbanização Foz Village Esc. 1/2500
08 - Largo Pereira dos Santos, Parque Estacionamento – Igreja Matriz Esc. 1/2500



Legenda

Lote 1 A

Nome

- Avenida Dr. Francisco Lopes Guimarães
- Avenida Foz do Mondego
- Fonte Luminosa
- Largo Dr. Nunes
- Parque Estacionamento - Igreja Matriz
- Praça 8 Maio
- Praça Velha
- Praça da Europa

Estrato Arbóreo/Arbustivo

Tipologia

- Floreiras (22)
- Árvore em caldeira (98)

Título: Mapas de Localização

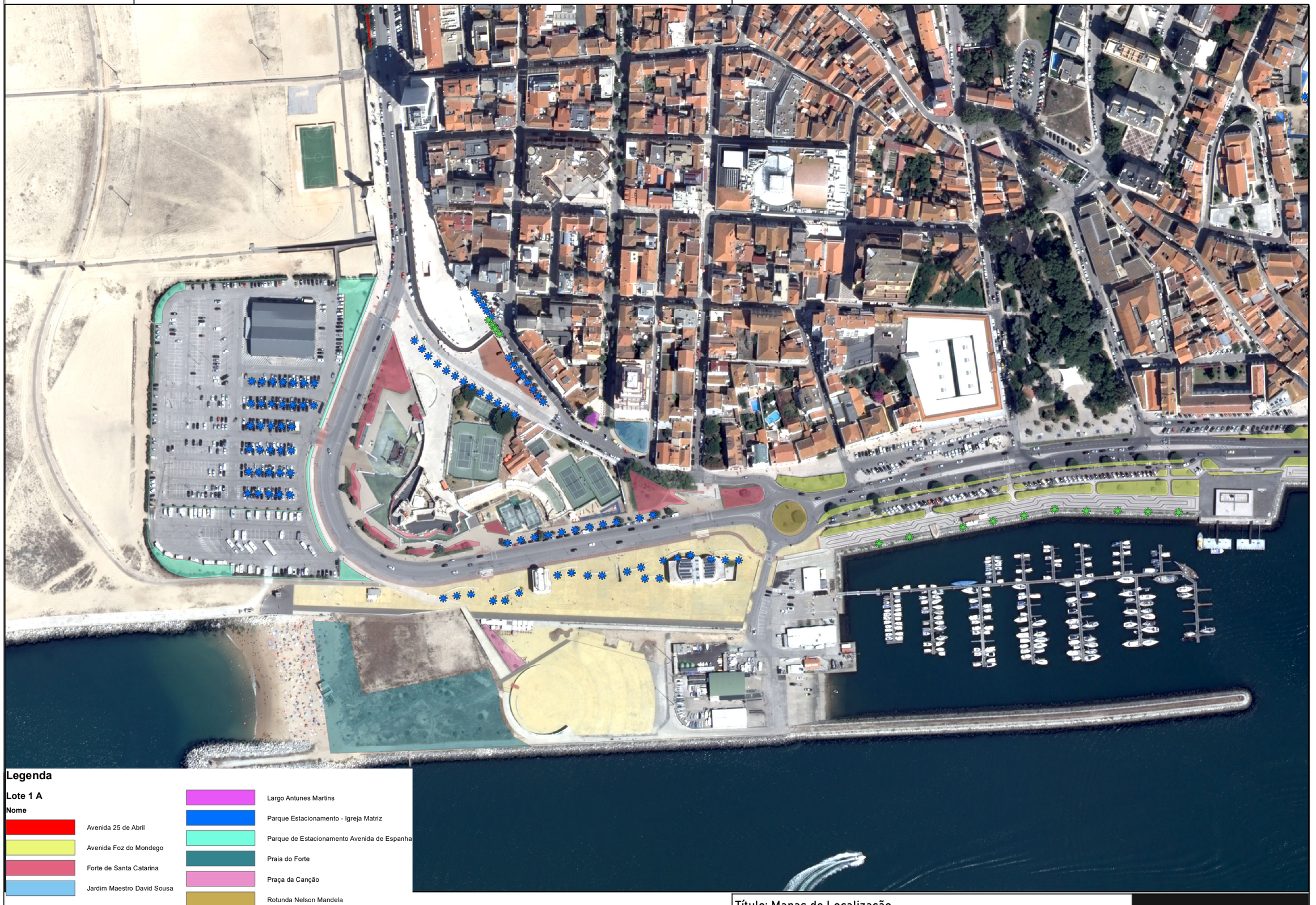
Proposta: Área verdes a tratar - Lote 1A

Escala:1:2 500 | Desenho nº: 1

N

Câmara Municipal da Figueira da Foz
Avenida Saraiva de Carvalho
233403300
3084-501 Figueira da Foz

figueira
da foz, para todos



Legenda

Lote 1 A

Nome

- Avenida 25 de Abril
- Avenida Foz do Mondego
- Forte de Santa Catarina
- Jardim Maestro David Sousa
- Largo Antunes Martins
- Parque Estacionamento - Igreja Matriz
- Parque de Estacionamento Avenida de Espanha
- Praia do Forte
- Praça da Canção
- Rotunda Nelson Mandela

Estrato Arbóreo/Arbustivo

Tipologia

- Floreiras (14)
- Árvore em caldeira (94)

Título: Mapas de Localização

Proposta: Área verdes a tratar - Lote 1A

Escala:1:2 500 | Desenho nº: 2 | N

Câmara Municipal da Figueira da Foz
Avenida Saraiva de Carvalho
233403300
3084-501 Figueira da Foz

figueira da foz ,para todos

Este objeto é, ao abrigo do direito de autor, propriedade intelectual, pelo que a sua divulgação, reprodução ou utilização, sem prévia autorização, constitui violação dos direitos de autor e direitos conexos.

Legenda

Lote 1 A

Nome

Avenida 25 de Abril

Avenida do Brasil

Oásis

Estrato Arbóreo/Arbustivo

Tipologia

Floreiras (18)

Palmeira (20)

Árvore em caldeira (3)

Título: Mapas de Localização

Proposta: Área verdes a tratar - Lote 1A

Escala:1:3 000

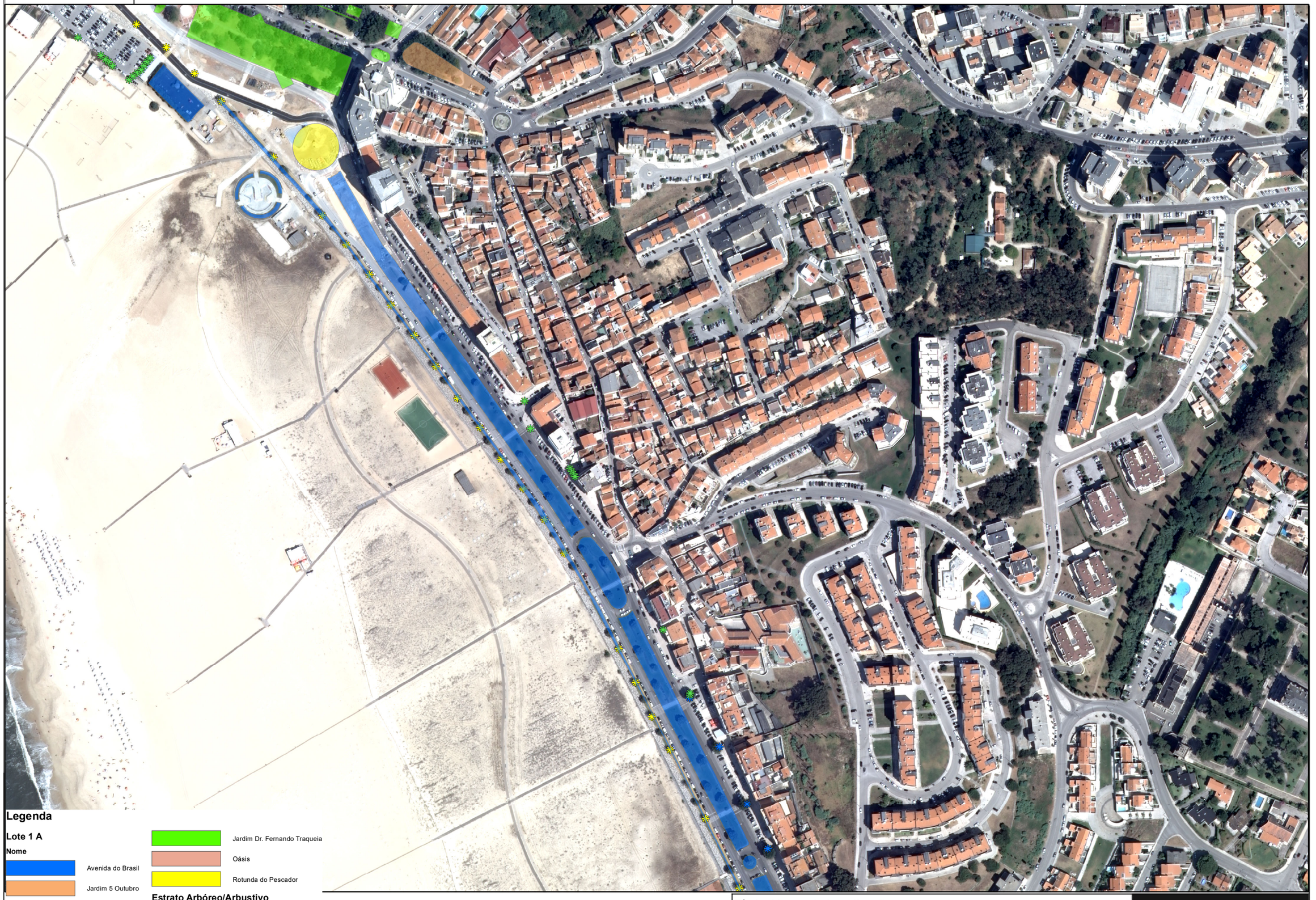
Desenho nº: 3

N

Câmara Municipal da Figueira da Foz
Avenida Saraiva de Carvalho
233403300
3084-501 Figueira da Foz

figueira da foz para todos

Este desenho, as suas concepções arquitetónicas, urbanísticas, programáticas e funcionais, são propriedade da Câmara Municipal da Figueira da Foz, não podendo ser utilizadas, reproduzidas ou divulgadas sem a prévia autorização, sob pena de procedimento judicial.



Legenda

Lote 1 A

Nome

- Avenida do Brasil
- Jardim 5 Outubro
- Jardim Dr. Fernando Traqueia
- Oásis
- Rotunda do Pescador

Estrato Arbóreo/Arbustivo

Tipologia

- Floreiras (21)
- Palmeira (23)
- Árvore em caldeira (4)

Título: Mapas de Localização

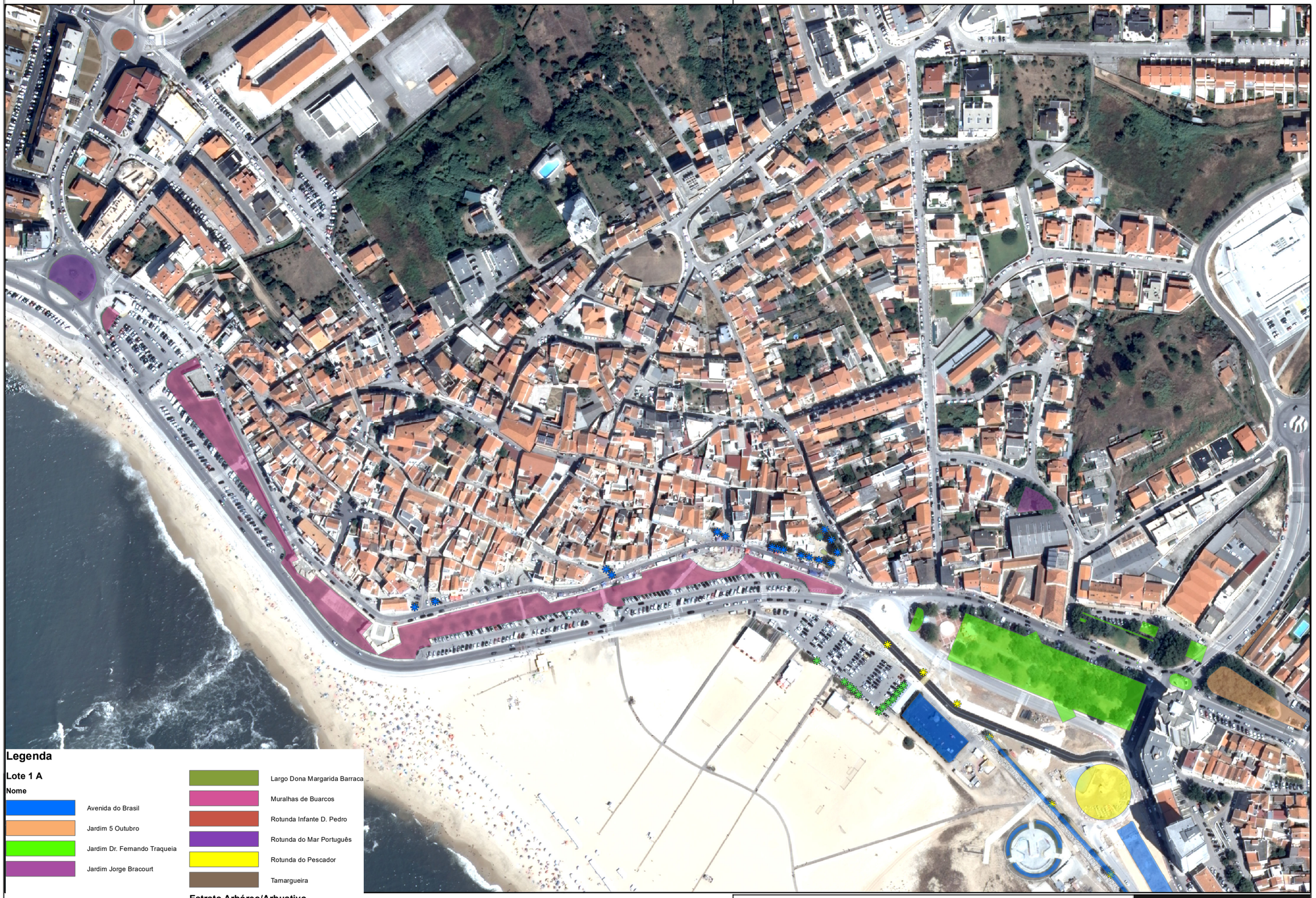
Proposta: Área verdes a tratar - Lote 1A

Escala:1:3 000 | Desenho nº: 4

N

Câmara Municipal da Figueira da Foz
Avenida Saraiva de Carvalho
233403300
3084-501 Figueira da Foz

figueira da foz, para todos



Legenda

Lote 1 A

Nome

- Avenida do Brasil
- Jardim 5 Outubro
- Jardim Dr. Fernando Traqueia
- Jardim Jorge Bracourt
- Largo Dona Margarida Barraca
- Muralhas de Buarcos
- Rotunda Infante D. Pedro
- Rotunda do Mar Português
- Rotunda do Pescador
- Tamargueira

Estrato Arbóreo/Arbustivo

Tipologia

- Floreiras (12)
- Palmeira (6)
- Árvore em caldeira (17)

Título: Mapas de Localização

Proposta: Área verdes a tratar - Lote 1A

Escala:1:2 500 | Desenho nº: 5

N

Câmara Municipal da Figueira da Foz
Avenida Saraiva de Carvalho
233403300
3084-501 Figueira da Foz

figueira
da foz para todos

Legenda

Lote 1 A

Nome

Talude envolvente ao cemitério de Buarcos

Tamargueira

Urbanização Foz Village

Estrato Arbóreo/Arbustivo

Tipologia

Palmeira (23)

Árvore em caldeira (50)

Título: Mapas de Localização

Proposta: Área verdes a tratar - Lote 1A

Escala:1:2 500

Desenho nº: 6

N

Câmara Municipal da Figueira da Foz
Avenida Saraiva de Carvalho
233403300
3084-501 Figueira da Foz

figueira
da foz..para todos

Este objeto é, em cada momento, propriedade intelectual, pertencendo, consequentemente a terceiros, da competência da Câmara Municipal da Figueira da Foz, não podendo ser utilizado, reproduzido ou divulgado sem a prévia autorização



Título: Mapas de Localização

Proposta: Área verdes a tratar - Lote 1A

Escala:1:2 500

Desenho nº: 7

N

Câmara Municipal da Figueira da Foz
Avenida Saraiva de Carvalho
233403300
3084-501 Figueira da Foz

figueira
da foz, para todos



Título: Mapas de Localização

Proposta: Área verdes a tratar - Lote 1A

Escala: 1:2 500

Desenho nº: 8

N

figueira
da foz_para todos

Câmara Municipal da Figueira da Foz
Avenida Saraiva de Carvalho
233403300
3084-501 Figueira da Foz